



## **MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO:**

concepções, lutas e políticas públicas na atual crise do capitalismo neoliberal

**Maria do Socorro Pereira da Silva<sup>1</sup>**

**Maria do Carmo Alves Bonfim<sup>2</sup>**

**Lucineide Barros Medeiros<sup>3</sup>**

**Paulo Afonso Barbosa Brito<sup>4</sup>**

## **PROPOSTA DA MESA TEMÁTICA COORDENADA**

Dos anos de 1990 aos dias atuais, Movimentos Sociais e Estado vem se confrontando com momentos de tensão e, pontualmente, de negociações visando a definição, implantação e implementação de políticas públicas considerando algumas demandas sociais por educação, moradia, segurança, saúde dentre outras. A proposta desta mesa temática objetiva discutir e problematizar essa relação de confronto – Movimentos Sociais e Estado – evidenciando os projetos políticos implícitos nas práticas dessas duas esferas de organização social, em meio às sucessivas crises do capitalismo neoliberal e como essas instâncias têm se reconfigurado nos processos de intervenção social. O principal interesse dos componentes desta mesa centra-se na análise do papel dos Movimentos Sociais no engendramento de práticas educativas, processo de elaboração teórico prática em termos de conceitos, metodologias inovadoras e projeto político em nível individual e coletivo, perspectivando a vinculação desses elementos com ações de combate às várias formas de exploração e dominação das classes populares pelas classes hegemônicas, bem como a construção e gestão de práticas de sobrevivência, de resistência e de contraculturas ao capitalismo vigente, sedimentadas nas experiências acumuladas das organizações existentes e em outras em processo de construção. Neste sentido serão abordados os seguintes conteúdos temáticos: dimensão da formação de educadores/as populares nos movimentos sociais; participação política e lutas das juventudes, a pesquisa com hip hop: movimento de resistência e denuncia social, o papel da educação popular nos movimentos juvenis na luta por políticas públicas e por direitos sociais. Essa discussão tem como fundamentação teórica os estudos Barreira (2009), Borelli (2008), Caldart (2000), Melucci (2001), Paludo (2001), Santos (2010), Savage (2009), Silva (2010), Souza (2011), Sposito (2010), Torres (2009).

<sup>1</sup> Bacharel em Administração, Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Texto inscrito na Mesa Temática: MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO: concepções, lutas e políticas públicas na atual crise do capitalismo neoliberal na Jornada Internacional de Políticas Públicas

<sup>2</sup> Doutora em História e Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), professora associada da Universidade Federal do Piauí (UFPI) atuando no Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE) e no Programa de Pós-Graduação – PPGEd, coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania – NEPEGECI, carmicita@ig.com.br.

<sup>3</sup> Doutora em Educação. Professora da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), lucineidebarros@yahoo.com.br.

<sup>4</sup> Doutor. Professor de Sociologia Rural e Sociologia do Desenvolvimento na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).



## LUTAS JUVENIS E ARTICULAÇÕES EM REDES: forças insurgentes contra capitalismo

Maria do Socorro Pereira da Silva <sup>1</sup>  
Denise Bezerra Façanha Pessoa <sup>2</sup>

**RESUMO:** Este estudo analisa como os movimentos juvenis articulados em redes se contrapõem ao Estado Neoliberal que, asfixiado pela crise do sistema capitalista, multiplica as multifaces da opressão, em detrimento da estabilidade do sistema econômico. As organizações juvenis, sobretudo da década de 1990, vêm participando ativamente das lutas por direitos, democracia e emancipação social. Surge nesse cenário a pedagogia insurgente da palavra, manifestadas nas ruas, nos espaços de participação popular e na esfera pública, dando visibilidade às desigualdades sociais às quais as classes populares estão submetidas. Essas análises se referenciam nos estudos Freire (1981), Santos (2007), Gohn (2013) entre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lutas Juvenis. Articulações em Redes. Capitalismo.

**ABSTRACT:** This study examines how youth movements articulated networks go up against the liberal State that asphyxiated by the crisis of the capitalist system, multiplies the multifaceted oppression at the expense of the stability of the economic system. Youth organizations, especially in the 1990s, have been participating actively in the struggle for rights, democracy and social emancipation. Arises in this scenario pedagogy insurgent Word manifested in the streets, spaces and popular participation in the public sphere, giving visibility to the social inequalities which classes are subjected. These analyzes are referred to studies in Freire (1981), Santos (2007), Gohn (2013) among others.

**KEYWORDS:** Youth Fights. Joints Networks. Capitalism.

<sup>1</sup> Bacharel em Administração. Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: mestradoufpi12@gmail.com

<sup>2</sup> Pedagoga. Especialista em Metodologia do Ensino Superior. Professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).



## 1. LUTAS JUVENIS E ARTICULAÇÕES EM REDES: forças insurgentes contra o capitalismo

O estado neoliberal capitalista recoloca, na ordem atual, novos e velhos desafios aos movimentos juvenis, de modo especial à sua própria forma de organização e de atuação na sociedade. Nesse contexto, há três questões centrais que devem ser observadas, e que, portanto, são necessárias no enfrentamento à globalização capitalista dominante: como envolver as juventudes organizadas, de forma contínua, para ações e articulações em redes de movimentos, que ao mesmo tempo, como despertar as juventudes para práticas insurgentes fundantes em um projeto político de transformação social, que implica geração e garantia de direitos as juventudes das classes populares; como reinventar formas de mobilização dos/as jovens não organizados para a participação política como condição para sua emancipação social, combinado lutas que se contraponham às formas de dominação e de exclusão social.

Essas questões nos levam a percorrer o itinerário das lutas juvenis, no Brasil, localizando diversos arranjos de participação e de ações coletivas que culminam com o processo de radicalização e de intervenção dos movimentos sociais na sociedade capitalista. Dessa intervenção, surgem as redes sociais, classistas, temáticas, legais, identitárias que se aglutinam como forma de resistência, de luta por melhores condições de vida e de trabalho, de grupos que lutam por direitos sociais, de reconhecimento identitário entre outros. Essas articulações em redes apresentam-se como forças insurgentes, mas também como possibilidades de criação e de recriação de alternativas contra-hegemônicas à globalização mercantilista, como expressa Gohn (2013, p. 25):

Novo cenário, as relações desenvolvidas entre os diferentes sujeitos sociopolíticos presentes na cena pública alteram-se neste novo milênio. Além da ampliação dos sujeitos protagonistas de ações coletivas, ocorrem alterações no formato das mobilizações e na forma de atuação – agora em redes. Isso resulta do alargamento das fronteiras dos conflitos e tensões sociais em virtude da nova geopolítica que a globalização econômica e cultural tem gerado.

O Brasil vem acumulando vasta experiência de mobilizações em redes, sobretudo aquelas organizadas pelos movimentos de juventudes. Essas experiências sociais se afirmam pelas diversidades, especificidades e pluralidades dos movimentos e das



articulações juvenis, sem que, para isso, tenham que impor participação homogeneizantes dos diferentes sujeitos sociais. As lutas sociais brasileiras, sobretudo do século XX, são fortemente identificadas pelo papel das juventudes, caracterizadas por subjetividades rebeldes. Foi assim contra a Ditadura, no processo de redemocratização do Brasil, no Fora Collor, ou ainda nas mobilizações nacionais como o Acampamento da Juventude no Fórum Social Mundial (FSM), nas atividades regionais como o Festivais de Juventudes no Nordeste brasileiro, ou em lutas locais, como as grandes articulações em redes por transporte público, como notoriedade para o movimento do #contraoaumento em Teresina, ou nas lutas contra o preconceito como o movimento #ForaFeliciano em todo Brasil. Nas lutas por Educação para as juventudes das classes populares, na Campanha da Juventude contra o Extermínio Juvenil, nas lutas pela aprovação do marco legal das políticas públicas, como a aprovação do Conselho, da Secretaria, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Juventude, ou ainda pela Aprovação do Estatuto da Juventude, entre outras.

Certamente esses receituários e repertórios de lutas juvenis marcam o itinerário das juventudes das classes populares e dos movimentos juvenis como força contra-hegemônica na tentativa de desmontar a falsa posição de neutralidade do Estado. Como elo regulador do capitalismo, o Estado vem assumindo o papel de núcleo central no resgate das sucessivas e ininterruptas crises econômicas, promovendo cortes nas áreas sociais, aumentando os níveis de exclusão. As redes de mobilizações juvenis inauguram na sociedade brasileira uma nova ordem contra-hegemônica de globalização social. Nesse cenário, eclodem novos arranjos de articulações das lutas contra o modelo neoliberal conservador. As articulações em redes, nesse contexto, são marcadas por agendas políticas locais, regionais, nacionais e transnacionais, por alianças programáticas, por relações de solidariedade, por redes locais, com intercâmbios de experiências interestaduais, intertemáticas e interidentitárias do campo e da cidade que se globalizam como alternativas, mas, sobretudo, como resistência ao projeto capitalista de desenvolvimento que subjuga homens e mulheres.

As juventudes, sobretudo na década de 1980 e início dos anos de 1990, eram focos constantes de preocupações por parte do Estado brasileiro, com maior intensidade



sobre aquelas advindas das classes populares, associadas negativamente como “problema”, “delinquência”, “desregrada”, “tutora da desordem” que merecem ações de controle pelo Estado. Essa concepção expressava que o capitalismo havia produzido grande parcela de excluídos, rapidamente acentuados pela crise do processo de industrialização, pelo acelerado crescimento urbano e pelas profundas desigualdades sociais e econômicas. Se as juventudes eram focos da atenção do Estado nesse período, no final da década de 1990, o Estado passa a ser o foco principal das preocupações dos(as) jovens, quando assumem o papel principal de questionamento do processo de exclusão, de dominação e de humilhação, caracterizadas por uma política conservadora e elitista. Nesse modelo, os movimentos juvenis são protagonistas, sustentados pela força motriz de seu caráter questionador e mobilizador das forças vivas na sociedade, tão bem descrito no rodapé da obra *Pedagogia do Oprimido*, quando Freire (2005, p. 31) caracterizou:

Os movimentos de rebeldia, sobretudo de jovens, no mundo atual, que necessariamente revelam peculiaridades dos espaços onde se dão, manifestam, em sua profundidade, esta preocupação em torno do homem e dos homens, como seres no mundo e com o mundo. Em torno do *que* e do *como* estão sendo. Ao questionarem a “civilização do consumo”, ao denunciarem as “burocracias” de todos os matizes [...]. (**Grifos meus**).

## 2. MOVIMENTOS JUVENIS E PRÁTICAS EDUCATIVAS DESCOLONIZANDO LUGARES

As juventudes assumem um papel fundamental no processo de desconstrução da sociedade capitalista e de construção de um projeto de sociedade que pertença ao tempo presente dos jovens, e a possibilidade de um futuro emancipador, rompendo com a visão externa do Estado e da sociedade da “juventude problema”. Ao longo da história das lutas juvenis, a sociologia dos movimentos sociais sofre influências pela participação efetiva das juventudes ao questionarem as formas de dominação e de exploração que envolvem classes populares. Os movimentos juvenis se afirmam por intervenção sistemática e contextualizada, produtora de saberes e de mobilização social, entre o local e o global, inclusão e exclusão, educação dominante e educação libertadora, colonizadores e



colonizados, autoritarismo e redemocratização, democracia representativa e democracia participativa, estado conservador e estado ampliado. Esses movimentos revelam o desejo de uma sociedade justa.

Esse percurso de subjetividades rebeldes é marcado por tensões impostas pelo enredo das multifaces da dominação do capitalismo. Essas articulações em redes são forças de resistência e de intervenção social, tendo como berço embrionário as lutas emancipatórias transversais, dos diferentes grupos, de sujeitos individuais e coletivos, das diversas faces da dominação colonial-patriarcal-capitalista. O processo histórico de organização das lutas juvenis se reconfiguram em novos campos estratégicos de mobilizações de ações que se encontram com novas articulações e forças de enfrentamento aos grupos dominantes e hegemônicos do capital. Esse movimento se evidencia pelas contradições de seu sistema de exclusão, assumidamente pelas sucessivas crises do capitalismo global e seu modelo racional de ciência que parece se diluir junto com capitalismo e seu projeto de modernidade. Sua incapacidade de cumprir suas promessas de Igualdade, Liberdade e Fraternidade, advindas da era das “luzes”, mostrou-se insuficiente, diante das reivindicações heterogêneas do conhecimento e das demandas sociais das populações subalternas, por terra, trabalho, educação, direitos sociais básicos, que foram negados como resultado do colonialismo, do escravismo, do autoritarismo, do patriarcalismo e do capitalismo. As classes subalternas, ao tempo em que lutam contra o capitalismo retomam os sentidos principais de Igualdade, Fraternidade e Liberdade que desejam e sonham como afirma Gohn (2013, p. 16):

A igualdade ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas coletivo; autonomia entendida como inserção e inclusão social na sociedade, com autodeterminação, com soberania.

Nesse contexto, as juventudes são expressão de rupturas quando se articulam em alianças, em fluxos sociais de solidariedade e em redes de movimentos juvenis e sociais – como espaços de aglutinação das diversas juventudes e movimentos de lutas do campo e da cidade, pastoral, estudantil, negros, mulheres jovens, sindical, periférico, da rua, cultural, popular, Ong's, e outros. Essas articulações em redes se constituíram, ao longo



da formação democrática brasileira, como formas de lutas eficientes de resistências, mas também na criação inovadora de alternativas ao capital, com ênfase nas conquistas de reconhecimento identitários, não ficando apenas nesse campo, mas em ações de enfrentamento a todas as formas de discriminação e de opressão, ou ainda na luta pela garantia dos direitos sociais como os quilombolas, negros, os povos originários (índios), as mulheres, os povos atingidos por barragens, os sem terra, os sem tetos, e os filhos desses, os (as) jovens. Um grito de afirmação identitárias e de lutas “Povos à Vista!” Se contrapondo aos gritos dos colonizadores: “Terra à vista!”, como afirma Arroyo (2012, p.204-207):

Esses processos brutais de desenraizamento foram e continuam sendo as opções pedagógicas escolhidas para as destruições dos saberes, culturas, valores, identidades dos povos indígenas, negros, quilombolas, camponês, trabalhadores dos campos e das periferias. [...] Por outro lado, **(grifos meus)**, a diversidade de coletivos, nas diversidade de lutas por terra, por justiça, por teto, por renda, educação, saúde, trazem essas identidades étnico-raciais. Lutas articuladas contra a segregações geo-espaço-políticas inseparáveis das segregações raciais.

Esses sujeitos são cada vez mais desafiados a romper com a globalização dos militantes virtuais, sem desmerecer a importância desses espaços, como a história recente nos mostrou, nas mobilizações da Primavera Árabe, que essas redes são importantes. Contudo, são desnecessárias, se os militantes não tivessem ocupados as ruas e as cidades desses países. Afirmamos isso, porque os ambientes virtuais já nasceram institucionalizados e privatizados pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que liga, desliga; estamos dentro, mas estamos fora; estamos juntos, mas individualmente; é essa a lógica do capital – alimentam o processo de individualização. Nesse sentido, é necessário que retomemos as velhas estratégias de ocupação das ruas, ainda “não colonizados territorialmente”, lugar de visibilidade das classes populares subalternas, sobretudo as juventudes. É a partir dessa compressão que os movimentos juvenis insurgem-se como forças potenciais do enfrentamento às sucessivas crises do capitalismo, criando inteligibilidade de redes de ações presenciais e visíveis, contrapondo-se às multífaces da opressão capitalista, como situa Santos:



A opressão existe em constelação de opressões e, portanto, eu penso que é fundamental que elas estejam articuladas. E aqui realmente é a nossa inovação: a de que esta articulação se deva realizar, não dando a prioridade a uma luta sobre as outras, quaisquer que elas sejam, não criando uma grande teoria que em si mesma envolva tudo e todos em certo momento, mas criando aquilo que eu chamo a “teoria da tradução”. A possibilidade de criar inteligibilidade entre os grupos, entre o movimento dos sem-terra e o movimento das mulheres, entre o movimento das mulheres e o movimento dos negros, entre o movimento dos negros e do meio ambiente, entre o movimento do meio ambiente e o movimento dos indígenas, permite que criemos redes de inteligibilidade. (SANTOS, 2007, p. 14).

No Brasil, podemos citar as experiências da Rede de Jovens do Nordeste (RJNE) e do Projeto Juventude, espaços que possibilitaram a articulação dos diversos movimentos e organizações juvenis, contribuindo com os debates sobre desenvolvimento juvenil no nordeste e em todo território brasileiro, tendo, em sua matriz organizacional, as lutas em redes de movimentos. Essas articulações estão intrinsicamente situadas dentro do projeto político do campo democrático brasileiro, como aposta no fortalecimento das lutas por transformações sociais e superação das formas de exclusão social, política, econômica, impostas pelo modelo neoliberal. Essas lutas são traçadas por um fio condutor de linguagens de esperança e de sonhos novos, alinhavadas por discursos e práticas que projetam novas relações sociais utópicas de construção de uma sociedade de justiça social. Apontando para o amplo e contínuo processo de descolonização dos discursos hegemônicos de poder, de controle e de exclusão social das juventudes.

A atualidade é marcada pelos movimentos de articulações que dão visibilidades às vozes do mundo, aos invisíveis, os quais foram silenciados no tempo e espaço na versão história oficial e única, que merece a crítica permanente, como alerta Adorno (1995, p. 9): [...] é preciso elaborar o passado e criticar o presente prejudicado, evitando que este perdue e, assim, que aquele se repita. Daí, a necessidade de reconstruir os caminhos percorridos pelos movimentos juvenis, como possibilidade de tradução das experiências e de articulação destas em redes, e que nos sirva de referência histórica de resistência e insurgência, como descreve Santos (2007, p. 35): “é traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns em outros, é buscar a inteligibilidade sem ‘canibalização’ sem ‘hegemonização’”. Essa assertiva nos faz pensar e refletir sobre os desafios do presente, o longo processo de fragmentação e isolamento das lutas, e os





riscos decorridos desse modelo. Essa realidade se expressa quando não atuamos sobre as questões estruturantes que envolvem a sociedade, enraizada nas concepções dos grupos hegemônicos, que apostam no declínio da luta de classe e das redes populares de movimentos.

## 2.1 MOVIMENTOS JUVENIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: dilemas de nosso tempo

A disputa do papel do Estado, sobretudo, pelos (as) jovens das classes populares pelo reconhecimento de pertencimento identitário, por políticas públicas e direitos sociais, passa necessariamente pela ampliação do Estado. De um lado, as classes populares que lutam pela redução das desigualdades sociais e pela ampliação e garantia de direitos políticos, econômicos, sociais, culturais. E do outro, as classes dominantes, que exigem do Estado um papel não apenas de regulação, mas de manutenção do sistema econômico capitalista como elemento da superestrutura de dominação e de exploração das classes populares. Os avanços na implantação das políticas de juventudes somente serão possíveis pela conjugação das lutas juvenis e sua ação efetiva no processo de radicalização das estruturantes de dominação que envolve a gênese do Estado Capitalista, para o qual não existe neutralidade de classe. Nesse contexto, o aparato estatal, como afirma Marx (1984, p. 132): “[...] não está suspenso no ar, não é neutro, tem a função objetiva de manter a ordem material burguesa [...]. Por outro lado, a história tem presenciado que a luta de classes torna evidente as contradições sociais e redimensiona o papel do Estado capitalista, como afirma Lanni, ao fazer uma análise crítica às assertivas de Marx:

O Estado não é apenas e exclusivamente um órgão da classe dominante; responde também aos movimentos do conjunto da sociedade e das outras classes sociais, segundo, é óbvio, as determinações das relações capitalistas. Conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das forças políticas da sociedade, o Estado pode adquirir contornos mais ou menos nítidos e revelar-se mais ou menos diretamente vinculado aos interesses exclusivos da burguesia. Inclusive há ocasiões em que pode ser totalmente capturado por uma facção da burguesia, da mesma maneira que em outras ocasiões ele pode ser politicamente (não economicamente) por setores da classe médias ou militares. (LANNI, 1985, p. 68).



É nesse movimento dialético que as juventudes organizadas retomam a força de sua participação popular e, ao dizer sua palavra de liberdade, assumem uma nova dimensão no processo de mobilização social, sobretudo na organização dos jovens não organizados. As juventudes, então passam a intervir, pressionando os rumos do governo, mas definitivamente do Estado. Essa análise pode ser compreendida nas contribuições de Melucci, ao aprofundar os sentidos das linguagens juvenis do possível, mas também do impossível (grifos meus):

Os jovens podem, portanto, tornarem-se atores de conflitos porque falam a língua do possível; fundam-se na incompletude que lhes define para chamar a atenção da sociedade inteira para produzir sua própria existência ao invés de submetê-la; fazem exigência de decidir por eles próprios, mas com isto mesmo reivindicam para todos este direito. (MELUCCI, 2001, p. 102).

Essa afirmativa reinventa os próprios sentidos de participação juvenil, que se estabelece ao conceber um novo campo de diálogo e de pressão na luta por políticas públicas nas ruas, nos espaços de participação popular e na esfera pública, disputando os rumos e investimentos do Estado. É a partir desses espaços que as organizações e os movimentos juvenis disputam mecanismos de implantação e de garantia de direitos, reivindicam suas demandas, marcadamente por conflitos, como analisa Sposito (2008, p. 60): “As formas de oferta de bens públicos e os desenhos da ação política de cunho social são em decorrência, em grande parte, do campo de conflitos que se instala na esfera pública, imprimindo no âmbito do Estado sua presença [...]”. Essa dimensão questionadora se evidencia por pedagogias e práticas da educação popular que nascem no cotidiano das lutas juvenis, como forças das quais decorrem os seus direitos. Esse trajeto é marcado pela inversão do papel atribuído às juventudes pelo Estado, e a retomada, pelos jovens, do papel principal que os constituem como identidades de potência que se caracterizam pelo protagonismo juvenil.

Assim, as políticas públicas nascem como resultado daquilo que está germinado a partir das demandas juvenis do presente, em que as juventudes falam à frente de seu próprio tempo e se expressam como coletividades insurgentes. Somente através da ação coletiva, ativam as mudanças do possível, mas, fundamentalmente, do impossível, que ao aprenderem a dizer sua palavra subvertem a ordem estabelecida, como diz Melucci



(2001, p. 21): “Os movimentos sociais contemporâneos são profetas do presente. Não tem a força dos aparatos, mas a força a palavra”. O papel pedagógico e político dos movimentos juvenis reafirmam a necessidade de educar o Estado, o que implica disputar seus rumos como afirma Medeiros (2010, p. 389): “[...] o papel pedagógico dos movimentos populares quando buscam ampliar os espaços de participação e, assim, imprimir nova racionalidade de valores na dinâmica do Estado, que implica em educar sua própria existência”.

### 3. ENSAIOS (IN)CONCLUSIVOS

As juventudes alimentam suas lutas sociais pela pedagogia insurgente da palavra, subvertendo a ordem de dominação, de opressão e de exclusão social, que passa, indubitavelmente, pelo encontro pedagógico de luta de classe com lutas identitárias. Desse modo, ao tempo em que as juventudes disputam o papel do Estado pelo pertencimento e reconhecimento de suas identidades – sejam de gênero, de raça, de orientação sexual, de etnias, de regionalidade, de religiosidade, entre outros –, também retomem a dimensão como classe social, evidenciando as práticas de dissensos e, conseqüentemente, uma aproximação intencional das lutas gerais por emprego, por habitação, por saúde pública, por escola pública, contra a fome, outros. Reafirmam as sociologias de suas culturas juvenis, que se aporta em um projeto utópico de sociedade libertadora. De forma que as juventudes, ao afirmarem sua palavra diante do mundo, movimentem-se em ações para transformá-lo, atuem como força que impulsiona subjetividades rebeldes, capazes de retomar o processo crítico de ousadia e de coragem, base fundante do protagonismo juvenil. Certamente esse ciclo de lutas juvenis não se encerra com a criação de organismos governamentais ou estatais, mas com a erradicação da miséria juvenil que rouba os sonhos de milhares de jovens.



## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Teodoro W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 5. ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2013.
- LANNI, Octavio. **Dialética e Capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- MEDEIROS, Lucineide Barros. Movimentos Sociais e Participação Popular: do projeto ao processo. In: BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. *et. al.* (Org.). **Educação e diversidade cultural**. Fortaleza: EDUFC, 2010.
- MELUCCI, Alberto. **Invenção do Presente**: os movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SPOSITO, Marília Pontes. Trajetórias na Constituição de Políticas Públicas de Juventude no Brasil. In: PAPA, Fernanda de Carvalho. *et. al.* (Org.). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. 2. ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.



## JUVENTUDES E *HIP HOP* - movimento de resistência e de denúncia da exclusão social

**Maria do Carmo Alves do Bomfim**<sup>1</sup>

**Vicelma Maria de Paula Barbosa Sousa**<sup>2</sup>

**Adriana Loiola do Nascimento**<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este estudo analisa as práticas culturais do movimento *Hip Hop* como expressão de denúncia da situação de exclusão social das juventudes na periferia de Teresina. Ao se contraporem às pedagogias de inferiorização e subalternização imposta pelo capitalismo, a cultura juvenil do movimento *Hip Hop* engendra novas práticas educativas protagonizadas pelos jovens nas lutas contra as desigualdades sociais de suas comunidades, questionando o papel do Estado. Como resultado dessa intervenção surge a pedagogia do movimento imprimindo novas formas participação e visibilidade social das juventudes como força contra hegemônica ao modelo capitalista neoliberal reimprimindo suas identidades identitárias e de classe na sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hip Hop; Exclusão Social; Pedagogia do Movimento; Capitalismo.

**ABSTRACT:** This study examines the cultural practices of the Hip Hop movement as an expression of denunciation of the social exclusion of youths on the outskirts of Teresina. Being opposed to the pedagogies of inferiority and subordination imposed by capitalism, the youth culture of the Hip Hop movement engenders new educational practices enthralled by young people in the struggle against social inequalities in their communities, questioning the role of the state. As a result of this intervention appears pedagogy movement printing new forms of social participation and social youths visibility as a force against the hegemonic neoliberal capitalist model reprinting their identities identity and class in society.

**KEYWORDS:** Hip Hop, Social Exclusion; Pedagogy of Movement; Capitalism.

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: carmicita@ig.com.br

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e professora da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania – NEPEGEI.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania – NEPEGEI. E-mail: adrianna18199@hotmail.com.



## INTRODUÇÃO

As jovens e os jovens na contemporaneidade, em grande parte, estão sempre em movimento. Em todas as oportunidades, as motivações decorrem de muitas razões: desejos pessoais, momentos de depressão (causados por discriminação, preconceito, bullying, conflitos familiares ou decepção decorrente de namoro acabado sem vontade própria ou ainda por insucesso escolar), insuficiência e/ou ausência de políticas públicas para cobrir demandas gerais da população e específicas para as juventudes, envolvimento em relações de amizade com outras/os jovens envolvidos em agregações próprias e, na maioria das vezes, alguns/algumas oriundos/as de segmentos sociais muito pobres se inserem em gangues. Uma parte significativa integra movimentos orientados por igrejas (católica e evangélicas), outros/as em movimentos religiosos de origem afrobrasileira e africana, uma pequena parte em grupos específicos do espaço escolar e um percentual significativo envolve-se em ações culturais cujos protagonistas são os próprios jovens, a exemplo de bandas musicais e o caso daquelas/as que realizam práticas do movimento *Hip Hop*.

Ressaltamos que a grafia no plural (juventudes) se explica pelas diferenças existentes dentro de cada movimento, até mesmo de uma cidade, dada a condição de seres históricos e culturais, em qualquer ação que desenvolvem. O movimento *Hip Hop* se faz presente em vários bairros de Teresina e em todas as zonas (norte, sul, leste e sudeste) desta capital e seus integrantes vêm criando e desenvolvendo diversas atividades no âmbito de suas configurações (o *rap*, o *break*, o grafite e o *Dj*), somadas a outras na busca de autosustentação, ao tempo em que se multiplicam ou se dividem com inúmeras diferenciações que emergem nas práticas de cada grupo. Um decorrente de rupturas nas relações estabelecidas entre seus membros, outros originárias deles próprios. No limite de um texto para apresentação em evento como a JOINPP, apresentamos resultados de uma pesquisa realizada junto a dois grupos de *Hip hop*, atuantes na capital piauiense: “A Irmandade” e “Reação do Gueto”. Embora com múltiplas diferenciações, é preciso ressaltar que certos elementos da prática do conjunto desses movimentos são convergentes: a **resistência** a diferentes obstáculos impostos pelas



culturas e políticas de cada lugar e a **prática de denúncia** à condição de marginalidade/vulnerabilidade a que são submetidos<sup>1</sup>.

## 2 POR QUE PESQUISA O MOVIMENTO HIP HOP?

A cultura *Hip Hop* recoloca os/as jovens em suas realidades, ao questionarem sua situação de exclusão, reconstruem, nesse mesmo movimento a visibilidade social da miséria e pobreza nas quais suas comunidades estão submetidas pelo capitalismo nas suas diversas formas de dominação e opressão, negando condições socialmente justas. As juventudes se expressam através dos elementos do *hip hop* criados e recriados, pelos traços insurgentes do *graffite*, que marcam o desenho dos “EUS” e dos “NÓS”, ou na melodia de suas utopias e sonhos, através do Mestre de Cerimônia (MC) que canta o enredo de sua situação de miséria social, afirmando nas letras a negação das práticas naturalizadoras de suas condições sociais. Ou ainda na dança (*break*) como expressão de um corpo que pertence a um lugar, uma identidade e a um território, mesmo diante dos processos brutais de desenraizamento e de desterritorialização das ideias colonizadoras que ainda persistem, como descreve Arroyo (2012, p.204) ao dizer:

Esses processos brutais de desenraizamento foram e continuam sendo opções pedagógicas escolhidas para destruição dos saberes, culturas, valores, identidades dos povos indígenas, negros, quilombolas, camponeses, trabalhadores do campo e das periferias. Essas brutais pedagogias de desenraizamento, de desterritorialização deixaram e deixam as pedagogias, os catecismos, o material didático, a escolarização dos Outros como processos secundários e ineficazes.

Muitos são os motivos que nasceram e continuam surgindo das inquietudes suscitadas no Núcleo de Estudos e Pesquisas “Educação, Gênero e Cidadania” vinculado ao Departamento de Fundamentos da Educação – DEFE e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI. Neste espaço, jovens estudantes do Curso de Pedagogia e Pós-Graduandos preocupados em compreender práticas juvenis não escolares, sobretudo para colher elementos que talvez (ou seguramente) explicam

---

<sup>1</sup> Grifo nosso.



situações vividas por alunas e alunos que não se “adéquam” às práticas escolares apresentando “dificuldades de aprendizagem” ou “incivilidades”, como relatam alguns profissionais. Outra razão muito explícita é que práticas da natureza do movimento *hip hop* são constitutivas de múltiplas identidades e possibilidades de criação de novos saberes que se articulam dentro da escola e através das artes, da cultura *Hip Hop* e recriam uma cultura de paz dialogando com os sujeitos que estão dentro, mas que também estão fora da escola.

Assim, as juventudes exercitam processos de desconstrução/descolonização do conceito de juventudes como “problema”, enquanto engendram outros instrumentos pedagógicos de produção de conhecimento como a pedagogia do movimento como expressão, especificamente de questionamento as formas de omissão e invisibilidade com que o Estado trata essas comunidades, desprovidas dos equipamentos sociais provedores de direitos. Porém, esses olhares nos desafiam com outras questões. Como é possível que jovens do *hip hop* carregados de estigmas e preconceitos, habitam localidades tão desprovidas de condições básicas de sobrevivência, considerados cada um como “não-lugar”? (VIVIANE MOSÉ, 2009). Como, na história dos eventos acadêmicos, seriam as oficinas e debates ministrados por jovens desses “não-lugares”, que sequer a universidade sabe e/ou reconhece que existem ou que são detentores de saberes próprios, não institucionalizados e construídos a partir de vivências juvenis nas suas comunidades? Tais perguntas nos encaminham a buscar contatos com alguns jovens *hip hopianos* para, dentre os grupos existentes, escolher o “A Irmandade” com atuação no bairro Parque Piauí, zona sul de Teresina, e o grupo “Reação do Gueto”, que constrói práticas no espaço da zona norte dessa mesma capital, bairro Santa Maria da CODIPI. Ambos expressam seus sonhos, seus desejos, seus saberes e, também, suas angústias e insurgências por meio da música - letra e harmonia musical - confirmando o que assevera Cornel West, no prefácio do livro “*Hip Hop e a Filosofia*”, organizado por William Irwin, cujos textos foram escritos por Derrixk Darby e Tommie Shelby (2006, p. 16):

É necessário entender como e porque jovens dotados [...] escolhem o *Hip Hop* como forma dominante de prazer e instrução, com efeitos bons e ruins, para





reforçar e resistir à gaiola de ferro da vida atual. Devemos examinar as raízes negras e as raízes globais desse gênero cultural relativamente novo.

Além de buscarmos os sentidos criados pelos jovens do *Hip Hop*, como indicam os autores supramencionados, os contatos e vivências que tivemos com os jovens dos grupos, em estudo, comprovam origens afros e identidades desses sujeitos com protagonistas desse movimento em outros lugares do Brasil e além fronteiras.

### 2.1 A Prática do grupo “A IRMANDADE”

O grupo, que hoje tem seis anos e quatro componentes, uma mulher e três homens, surgiu da união de gangues rivais entre comunidades vizinhas: Vila Bom Jesus e Vila Santa Cruz (conhecida popularmente por Vila “Afegão”). Nos encontros e bailes que ocorriam em ambas as comunidades eram comuns as “tretas” (brigas) entre jovens que ali habitavam, impulsionados pela demarcação dos territórios, impossibilitando que um jovem de uma comunidade transitasse no bairro que não era o seu.

Kedé, integrante e fundador do grupo “A Irmandade”, frequentava bailes de *reggae* e participava de gangues. Este relata ainda que antes deste grupo se consolidar, ele já participava de um outro grupo de *Rap* chamado “Atitude de Rua”. E no território vizinho e rival também existia outro grupo denominado “Calibre Ativo”.

Impulsionados pelo desejo de mudanças que levassem os jovens daquela área a encontrarem outras formas que elevassem a autoestima e a dignidade deles próprios, surge o Grupo de *Rap* “A Irmandade”, com uma tarefa muito “forte e dura”, que os autodeterminava no empenho de mediação de conflitos, a fim de cessar as “tretas” (brigas) entre as gangues que disputavam territórios e o comando do narcotráfico (venda e consumo de drogas) na região, como bem destaca Sousa (2012, p. 110).

Imbuídos pelo desejo de mediação de conflitos entre gangues dos dois territórios, movidos pelo desejo de saírem das gangues e por não suportarem mais tanta violência, esses jovens ainda mais embebedos pelo estilo musical *Rap*, se deixam envolver por este que passou a ser o ‘combustível’ propulsor da união em prol de uma causa social – a transformação de suas realidades.



No que tange às ações desenvolvidas pelo grupo “A Irmandade”, com o auxílio da mãe de Kedé, o grupo mantém uma Grife chamada “Correria”, com sede na casa desse mesmo jovem. Essa grife originou-se da necessidade que os jovens *rappers* sentiam em dar mais visibilidade ao grupo (MELUCCI, 2001) suas produções e como uma forma de iniciarem uma prática de empreendedorismo. A grife conta com camisetas, shorts em *jeans* personalizados, carregando o nome do grupo “A Irmandade”, com fins de garantir uma fonte de renda para si mesmo.

Como prática de denúncia e expressão acerca das mazelas enfrentadas no cotidiano das periferias, e também com a finalidade de expandir suas produções para além da comunidade, os jovens gravaram um CD no ano de 2011, intitulado “Correria” (ilustrado na foto 1), que contempla 16 (dezesesseis) músicas, compostas pelos próprios jovens. As músicas assim se intitulam: “Introdução”, “Clima Tenso”, “Criptonita”, “Correria”, “Essa Porra que Não Vira”, “Lembranças que Coroe”, “Lembranças e Saudades”, “Resistir”, “Interlúdio”, “Solução”, “Superman”, “Três Contos”, “Vai Vendo”, “Verdades”, “Acreditar” e “De Pé no Mundão”. Destas, foram gravados dois clips com as seguintes produções “Criptonita” e “Superman”, filmados nas ruas e becos (quebradas) da comunidade onde moram e atuam os jovens dessa agregação.

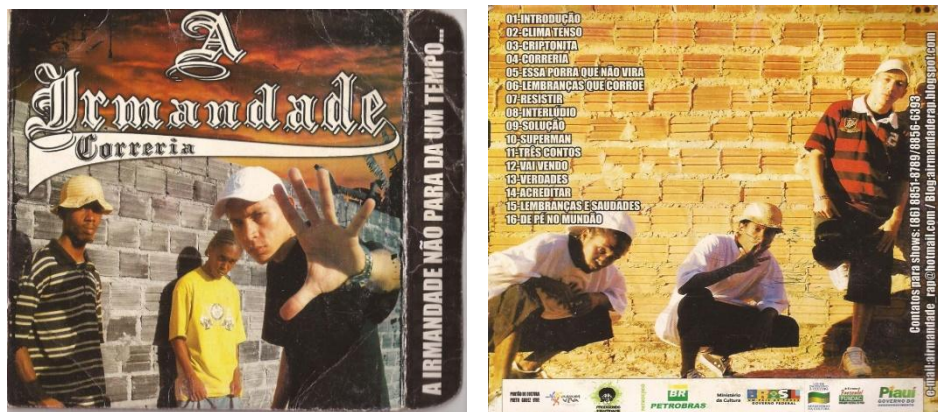


Foto 1: CD Correria, lançado pelo grupo “A Irmandade”, no ano de 2011.  
Fonte: Arquivo pessoal das autoras, adquirido em apresentação do grupo “A Irmandade”.



A música *Rap* assume neste contexto papel de resistência, denúncia e reivindicação, de cuja letra cantada, os jovens *rappers* expressam sentimentos, desejos, anseios, autodefinem-se e criam formas de ser-estar e mostrar-se à sociedade. O Movimento *Hip Hop*, em Teresina cultiva a sensibilidade de justiça ao denunciar e protestar situações de injustiça, exclusão social, racismos e preconceitos de várias ordens, com fins de anunciar outros futuros e protestar contra a ausência e/ou insuficiência de políticas públicas para as juventudes no Piauí e em todo o Planeta, não obstante algumas determinações da Secretaria Nacional para as Juventudes a exemplo, dos marcos regulatórios como o Estatuto Nacional de Juventude, e mais recentemente a inclusão do termo juventude na Constituição.

## 2.2 A Prática do grupo “REAÇÃO DO GUETO”

O grupo “Reação do Gueto” surgiu da idealização do jovem Tumaini, que desejava ser *Dj*. Influenciado pelo primo Tupac, Tumaini decide fundar esse grupo de *Rap*, na comunidade Santa Maria da Codipi, cujo significado traduz “resistência às mazelas” sofridas nas periferias urbanas. A sua criação significou para os jovens que o compõem uma mudança de vida e uma outra conduta social, posto que muitos outros moradores daquela região sofriam demasiadamente com o consumo de drogas. Muitas são as atividades desenvolvidas pelos seus componentes, visando o bem estar da comunidade e a elevação da autoestima dos seus integrantes, bem como reivindicações ao Estado e à sociedade em geral por uma vida mais digna e humana. Dentre as práticas que desenvolvem, são de grande relevância para seus membros e outros jovens da comunidade a realização de oficinas no Centro de Produção do bairro e festivais de apresentações musicais na praça da comunidade.

É também motivo de destaque para o “Reação do Gueto” a organização do evento ***Hip Hop Acontece***, que tem como eixo norteador a discussão e problematização de questões sobre a atual conjuntura do conjunto do Movimento *Hip Hop* atual, em Teresina, nas suas quatro configurações: *rap*, *break*, *grafite* e *Dj*. O evento vem ganhando força à medida que visa resgatar também a história e fundamentos desse Movimento.



Hoje com duas edições o evento, encontra-se consolidado no cenário dos movimentos juvenis teresinenses. Dentre suas criações destaca-se ainda o lançamento do **CD** intitulado “**A ideia que cola**”, na 2ª Edição do *Hip Hop* Acontece, em 2011. Este CD é um composto de 15 (quinze) faixas musicais, que retratam os conflitos e os dilemas vivenciados no cotidiano periférico.

### 3. ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES EM TERESINA

Nesse cenário de contestação a inserção social das práticas juvenis da cultura *Hip Hop* assumiu um papel fundamental na inversão da lógica tanto na vida dos jovens como possibilidade de cultura de paz como na visão conservadora e tutelar do Estado sobre as Políticas públicas. As políticas sociais destinadas aos jovens, sobretudo, as populações afrodescentes, grande maioria de jovens organizados no movimento *Hip Hop*, reivindicam do Estado uma intervenção mais efetiva através de ações de implantação e melhorias sociais como: a instalação dos equipamentos de lazer, a criação de pistas de skate, quadras de esportes, centros culturais, praças da juventude, escolas em tempo integral, programas de escolarização, política de emprego, entre outras políticas públicas. Por outro lado, a sociedade civil, através do papel das Organizações Não Governamentais que trouxeram grandes avanços na difusão das ideias de políticas sociais defendidas pelo movimento *Hip Hop*, como descreve Gohn(2013, p. 102) ao dizer:

A partir deste novo século, o *hip hop* foi incorporado na agenda das políticas sociais voltadas aos jovens; como um dos projetos sociais prioritários de várias ONGs em oficinas e programações, e os próprios grupos de *hip hop* passaram a buscar a publicização de suas ações, que foram se tornando “midiáticas”. As ações de ruas passaram a ser expressão legítimas do uso da esfera pública de reconhecimento.

No Piauí, além das ações sociais desenvolvidas pelos próprios grupos de *Hip Hop* como as rodas de break nas praças de Teresina, os festivais da cultura *Hip Hop*, os grupos também promove os Encontros Estaduais da *Hip Hop*, como o que ocorreu em março de 2013 na cidade de Teresina. As grandes entidades que se mobilizam em torno da cultura *Hip Hop* articulam parcerias com os órgãos governamentais para a realização



de suas ações como o Movimento Pela Paz na Periferia (MP3) e Associação Piauiense de *Hip Hop* que administra o Centro Cultural de *Hip Hop*. A pesquisa, ora em discussão, demonstra que as políticas estatais para as juventudes, em Teresina, são ainda muito incipientes abrangendo poucos jovens e algumas são marcadas por descontinuidades, haja vista a experiência do Consórcio da Juventude que foi vivenciado no período entre 2004 a 2005.

Apesar dessa marca, aquelas poucas que conseguiram subsistir criam projetos próprios nas áreas de lazer e de empreendedorismo, como a experiência do “Movimento pela Paz na Periferia – MP3”<sup>1</sup>, que recebe subvenções estatais e tem recursos próprios (por exemplo, o Projeto Reciclagem). Os Movimentos juvenis *hip hopianos* permitem visualizar que, embora enfrentando inúmeros obstáculos, persistem e conseguem multiplicar-se tanto pelas suas singularidades, pelas práticas de denúncias, pelos saberes que criam/recriam como pela “visão de mundo” que difunde na sociedade. (DARBY; SHELBY, 2006).

## ALGUMAS (IN) CONCLUSÕES

Com os elementos acima registrados, é possível considerar que através do corpo juvenil que faz da música, do seu visual, dos seus estilos (roupas, acessórios musicais), os jovens *rappers* articulam grupos e se agregam para produzir um som, uma dança e trocar ideias, objetivando apresentar-se ao mundo, entrar em cena e buscar reconhecimento público. Por meio de suas próprias práticas constroem saberes que lhes permitem conquistar espaços no cenário urbano como protagonistas de suas próprias histórias e como atores sociais em busca de visibilidade.

Desse modo, as práticas culturais juvenis se reafirmam como possibilidades de transformação social de suas comunidades, onde a periferia também se expressa como espaço social de produção de saberes, notadamente assumidos por aqueles e aquelas que apostam nestes novos conhecimentos como instrumentos de luta e emancipação social das juventudes das classes populares.

<sup>1</sup> O MP3 é uma Organização Não-Governamental cuja maioria de seus membros é oriunda do Movimento *Hip Hop* e suas práticas são orientadas pela pedagogia desse Movimento.



Finalmente, com um olhar de positividade, é possível captar que, mesmo inseridos em situações de caos, suas culturas produzem e resgatam a autoestima destes sujeitos que reconstroem sua própria história, exigindo do Estado que cumpra com suas funções sociais na garantir e efetivação dos direitos juvenis, agora inclusos em nossa carta magna.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DARBY, Derrick, SHELBY, Yommie. **Hip Hop e a Filosofia** [editores]. Tradução Martha Malvazzi Leal. – São Paulo: Madras, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 5. ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2013.

MELUCCI, Alberto. **Invenção do Presente**: os movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOSÉ, Viviane. **O que pode a palavra**. Disponível em <http://www.cpfcultura.com.br/site/2009/11/2/21/integra-o-que-pode-a-palavra-viviane-mose>., acessado em 06 de junho de 2013.

SOUSA, Vicelma Maria de Paula Barbosa. “Rap de quebrada”: construção de sentidos e saberes pelos grupos de rap – “*A Irmandade*” e “*Reação do Gueto*” de Teresina – *PI*, 2012.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos da reexistência: poesia, grafite, música, dança: HIP-HOP**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.



## POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E CONCEPÇÃO DE PARCERIA NO CONTEXTO DAS LUTAS POPULARES NO (DO) CAMPO

Lucineide Barros Medeiros<sup>1</sup>

**RESUMO:** Compreendemos que a parceria entre Movimentos Sociais do Campo e o Estado na promoção a Educação do Campo, por meio do PRONERA possui uma potência diferenciada, pois (con)forma-se a partir de uma força dissidente à ordem hegemônica e inscreve conflitos históricos presentes na formação social do campo e dos(das) camponeses(as). Nessa posição, questiona as parcerias baseadas no consenso de classes, predominantes no modo de produção de políticas públicas neoliberal. Na construção analítica utilizamos dados da experiência de militantes e aportes teóricos de Paludo (2011), Caldart (2000) e Azevedo ((2004), dentre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Parceria. Educação do Campo. Políticas Públicas.

**ABSTACT:** We understand that the partnership between rural social movements and the state in promoting the field of Education, through PRONERA has a different power, because is formed from a dissident force the hegemonic order and part historical conflicts present in the training social field and farmers. In this position, asks partnerships based on the consensus of classes, the predominant mode of production of neoliberal policies. In the construction we use analytical data of experience militants and theoretical contributions from Paludo (2011), Caldart (2000) and Azevedo (2004), ong others.

**Keywords:** Partnership. Field Education. Public Policy

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: lucineidebarros@yahoo.com.br.



## INTRODUÇÃO

A parceria é princípio para a realização das ações de Educação do Campo propostas pelos Movimentos Sociais do Campo - MSC, ao Estado, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. No que consiste essa parceria? De modo geral, parceria reporta à idéia de cumplicidade e consenso entre iguais. É este o significado da parceria na Educação do Campo? Eis as questões principais que perpassam a discussão neste ensaio.

Compreendemos, a partir da análise realizada sobre a questão, que as parcerias da Educação do Campo (con)formam-se a partir de forças dissidentes à ordem hegemônica e, por esta razão, têm uma potência diferenciada da que se realiza no contexto do modo de produção de políticas públicas neoliberais,.

Na construção dessa compreensão buscamos situar os conceitos de Educação do Campo, Estado, movimentos sociais e parceria, na perspectiva de processos prático-teóricos que articulam história e experiência (THOMPSON, 1981), compreendendo a experiência como ambiência em que a Educação do Campo se situa para interrogar silêncios contidos na política educacional que o Estado dirige aos setores populares. A construção analítica tomou como base o processo histórico de formação dos Movimentos Sociais Populares e do PRONERA, bem como as rotinas processuais/administrativas dos cursos de Educação do Campo, considerando tensões e conflitos que suscitam.

## 1 PARTICIPAÇÃO DISSIDENTE E PARCERIA: ENCONTROS E DESENCONTROS

Tratar sobre a parceria entre o Estado e organizações da sociedade civil pressupõe considerar o processo histórico brasileiro em que se constitui a participação social, instituinte de novos tipos de relações e práticas políticas. Uma marca destacada, nesse sentido, é o processo de lutas pela democratização, realizadas no período pós-ditadura, quando organizações sociais do meio rural e urbano voltaram a ocupar a cena pública, inscrevendo direitos de diferentes ordens, tendo como orientação o princípio democrático. Essa movimentação marcou o Brasil no final dos anos 1950 e foi difundida





na América Latina a partir de Paulo Freire, provocando a desestabilização de valores arraigados pela escravidão e pelo autoritarismo de Estado, potencializando ações desencadeadas pelo governo populista de João Goulart em nome das reformas de base (FREIRE, 1981; WEFFORT, 1981; BRANDÃO, 1986; SCOCUGLIA, 2000; MEDEIROS, 1989; BEISEGEL, 1974).

Segundo Paludo (2011), Dagnino (2009), Gohn (2005), Streck (2006), as conquistas desse processo acenaram para o aprofundamento da democracia, para além da representação, com a participação direta de cidadãos e grupos organizados, especialmente na promoção da política social. Devido à repercussão das intencionalidades e práticas político-ideológicas presentes naquele movimento, a Educação Popular foi gravemente oprimida pela ditadura e quando reascendeu, no final dos anos 1970 e 1980, tomou como espaço próprio de realização os movimentos sociais, numa atitude crítica e contestatória do Estado, do governo e da educação oficial, comprometidos com a produção/reprodução do sistema vigente.

## **2 PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO CAMPO NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Destacamos que utilizamos a definição Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPC) para destacar que no Campo, especialmente com o avanço do agronegócio, existem movimentos sociais anti-populares, favoráveis à manutenção da ordem dominante. Esta que nos anos 1990 empreendeu medidas políticas, econômicas e ideológicas em resposta à crise do Estado do Bem-Estar Social, tendo em vista a implantação do Estado neoliberal, ocasionando a diminuição do gasto público, privatização de empresas estatais, flexibilização de leis trabalhistas e maior liberdade para as práticas de mercado, inclusive no Campo, sendo que a participação do Brasil nesse processo foi aprofundada na segunda metade dos anos 1990 (Ver PERONI, 2003; AZEVEDO, 2004; BEHRING, 2003; MONTAÑO, 2005).

Nesse descenso a opinião pública brasileira e mundial foi alertada pelas ocupações de terras realizadas pelo Movimento Sem Terra - MST, situando a luta pela



Reforma Agrária na resistência anticapitalista, antiimperialista e antineoliberal, denunciando o papel do Estado e a postura dos governos não apenas diante da concentração da terra, mas também do desmonte dos direitos e do próprio Estado.

Vale destacar que, oficialmente, o MST foi fundado em 1984, no Estado do Paraná, região sul do Brasil, empreendendo intervenções em diferentes áreas, dentre essas a Educação. Segundo Caldart (2000, p. 50), “[...] a história do MST é a história da grande obra educativa [...], enraizada em uma coletividade”. Essa história comporta também a luta pela escola, compreendida como um direito, por ser o espaço instituído socialmente responsável pela articulação dos conhecimentos e processos de ensinar e aprender. No entanto, segundo o MST, atuar por dentro da escola, **a partir de valores construídos fora dela**, é condição para a construção da escola necessária.

A luta do MST pela educação e a escola, articulada à defesa da reforma agrária popular foi decisiva para assegurar a criação de um Programa governamental voltado para a finalidade de promover educação no contexto da reforma agrária: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, cuja concepção e base de ação foram asseguradas pelo mesmo processo de luta que o criou, tendo como um dos princípios a realização de ações, em parcerias, pelos movimentos sociais do campo e o Estado, representado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e Instituições de Ensino Superior – IES, públicas e comunitárias.

[...]. Eu lembro que a idéia [da Educação do Campo] foi nascendo dentro do primeiro ENERA que a gente fez em julho de 1997 em Brasília, na UnB. Na ocasião planejamos um seminário para 400 pessoas e lá apareceram 700 e foi no bojo da Marcha que tinha sido em abril - ela tinha chegado em Brasília em abril e nós fizemos o encontro em julho, então foi neste clima. Tinha muita gente das universidades, então propusemos uma reunião dentro do seminário com os professores universitários, para ver o que poderia ser feito, aí apareceram umas 60 ou 70 pessoas e fomos pegando idéia daqui e de lá e foi dentro deste ENERA que surgiu também a idéia de nós criarmos o PRONERA (EDGAR KOLLING, em entrevista).

A partir desse processo, compreendemos que a formação do MST, da Educação do Campo e do PRONERA expressam uma construção histórica dissidente, na qual se constitui a idéia de parceria na Educação do Campo do PRONERA; fundada na formação de sujeitos, guiados por interesses coletivos de construção de uma nova sociedade, assumindo, para tanto, a responsabilidade de transformar a relação entre o Estado e a



sociedade, no contexto da produção de políticas públicas, implicando a formação de um novo paradigma de Educação.

Arroyo, Caldart e Molina (2005, p. 8) destacam que o “Movimento Por Uma Educação do Campo” nasceu como denúncia do silenciamento e esquecimento por parte dos órgãos governamentais, dos núcleos de financiamento e estímulo da pesquisa, dos centros de pós-graduação e dos estudiosos das questões sociais e educacionais. É nesta dissidência que identificamos uma potência diferenciada da parceria da Educação do Campo. A potência referida, neste caso, tem sentido diferente do que propõe Aristóteles, cujo fundamento é metafísico.

Em nossa análise a potência da parceria na Educação do Campo promovida pelo MST, por meio do PRONERA é componente do ser social: um estado de coisa, com sentido político e epistemológico, situado em determinado contexto, tendendo a modificar-se interna e externamente. Para Zemelman (2005), quando se trata de potência para a transformação social esta tem a ver com uma “aventura humana” que começa a realizar-se no presente com energias do passado. Nesta compreensão o futuro existe e está a caminho, em construção intencional e consciente.

### **3 PARCERIA, CONSENSO E DISSENSO**

A chamada reforma do Estado iniciada nos anos 1990, não apenas fragilizou os setores populares no plano material, mas também promoveu um desequilíbrio político-ideológico das suas organizações. Uma das estratégias de destaque deu-se pela apropriação e desvirtuamento de bandeiras históricas, dentre elas a da participação popular, colocada no contexto do Estado gerencial, orientado por resultado, através da estratégia da descentralização, comunicada como democratização do Estado.

O movimento social falava em descentralização no sentido de desconcentrar o poder do Executivo federal em direção a Estados e municípios, por uma concepção de participação autônoma e independente, a concepção neoliberal realizava a descentralização como uma estratégia de enfraquecimento do Estado (desregulamentação, fragmentação, focalização) e como meio de repassar para a sociedade atribuições do Estado, principalmente na área social (MORONI, 2006).



Essa disputa projetiva, segundo Gramsci, é parte da luta pela hegemonia, favorecida pelas relações entre indivíduos que, na sociedade de classe, estão vinculados a dois tipos de valores antagônicos: “egoístico-passionais” e ético-políticos, respectivamente relacionados aos interesses privados e interesses públicos; sendo que para a formação do interesse privado os setores dominantes lançam mão de duas estratégias, segundo autor: o consenso entre grupos econômicos, e a coerção, pelo uso de instrumentos legais do Estado.

Diante das experiências atuais de promoção das políticas públicas neoliberais, enxergamos uma terceira estratégia, a do falso consenso, entre elite e setores populares, sob a aparência de participação popular e parceria, através das quais as reivindicações históricas dos movimentos sociais populares são atendidas pelo Estado e governos, ora como dádiva, ora privatização do público, pelo mecanismo de repasse de responsabilidades ao Terceiro setor. Como resultado há uma fragmentação exacerbada do setor social do Estado, associada à entrega de responsabilidades à iniciativa privada, enquanto o setor administrativo representa a zona de conforto para o livre trânsito das elites e de suas mercadorias. Por essa dinâmica a parceria ganha a simpatia dos setores populares e das elites.

Diante dessa compreensão, a participação dos movimentos sociais comprometidos com a transformação social deve realizar-se eticamente como participação dissidente, assegurando um protagonismo que permita fazer emergir as contradições e, com isso, o momento de *catarse*<sup>1</sup>, pela formação da consciência crítica individual e coletiva articulada à realização de ações transformadoras.

#### **4 A PRÁTICA DE PARCERIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO MST E DO PRONERA**

Conforme destacado anteriormente, a participação do MST na parceria da Educação do Campo, promovida pelo PRONERA, volta-se para a elaboração de *outra*

---

<sup>1</sup> Para Gramsci (1999, p. 38), “[...] la estructura de fuerza exterior que subyuga al hombre, lo asimila, lo hace pasivo, se transforma en medio de libertad, en instrumento para crear una nueva forma ético-política, en origen de nuevas iniciativas”.



*política*, por compreender que a política praticada não é capaz de atender aos interesses dos povos do campo. Ao completar pouco mais de dez anos de existência, em 2008, o PRONERA, havia alfabetizado, escolarizado, na formação inicial e superior 500 mil jovens e adultos, sempre em parceria com mais de 60 universidades públicas federais e estaduais, escolas técnicas, escolas-família agrícola, além de secretarias estaduais e municipais de educação (SANTOS, 2008, p. 12). Esse quadro também revela o alcance da parceria, tendo em vista a “condição para a realização das ações”.

Os 500 mil jovens e adultos já citados, do ponto de vista numérico, não representa muito se comparados à população do meio rural que, segundo o do IBGE em 2006, era formada por 32,4 milhões de habitantes. Contudo, é um número significativo se considerarmos que estamos nos referindo às ações de um Programa partícipe das ações da reforma agrária.

Ter uma materialidade com 60 ou 80 turmas, como já chegamos a ter, em cursos formais espalhadas no país, ou seja, 2500, 3000, 4000 pessoas estudando no nível médio e superior representa uma força social, uma materialidade que, quando vamos conversar no MEC, no INCRA, nós conversamos francamente; eu acho que há um reconhecimento do MEC e do governo de que o MST tem uma caminhada nesta perspectiva e a Via Campesina também; mas todos sabem a diferença: o MST tem essa distinção pelos anos de caminhada que tem e pelo tamanho do trabalho [...] Se enxergarmos que existiam camponeses que há vinte anos não iam mais à escola e agora voltaram para o EJA médio, ou mesmo para cursos superiores, é possível ver que realmente tem um alargamento (EDGAR KOLLING, em entrevista).

O diferencial dessa parceria, e a sua potência, estão no processo histórico em que se inscrevem, marcado pela exclusão do campo e dos camponeses, por rebeliões sistemáticas e um projeto de desenvolvimento baseado na escravidão, colonialismos, monocultura para exportação e atualmente no agronegócio.

Na medida em que a Educação do Campo, constituída como política pública, sob a responsabilidade do Estado, mantida com financiamento público e realizada em parceria com os movimentos sociais do campo, promove um processo que em si e por si denuncia essa realidade histórica de submissão do campo dos camponeses e afirmam uma educação própria do campo, encharcada de suas lutas, lutadores, derrotas e conquistas,



desafiam o consenso baseado na conciliação de classe que anula a história, as contradições e desigualdades.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES, PENSANDO EM PRÓXIMOS PASSOS**

As lutas sociais pela reforma agrária, articuladas a uma concepção de Estado e sociedade presente nesta discussão, suscitam algumas indicações à compreensão das parcerias: (1) A parceria fundada no consenso e no falso consenso, pela conciliação de classes, legitima amarras institucionais no interior do Estado, inibidoras da construção do público e colabora com o aprofundamento da política neoliberal; (2) o processo histórico em que se constituem os movimentos sociais populares comprometidos com a transformação social, tem uma potência diferenciada contra-hegemônica, evidenciada nesta mesma condição marginal em que são postos, principalmente quando comparada ao posicionamento da sociedade civil organizada no Terceiro Setor; (3) a dissidência da parceria em foco está relacionada ao processo histórico que funda a luta pela reforma agrária popular, a Educação do Campo e o PRONERA. Nessa condição, a Educação do Campo é uma dissidência *em si*. Para constituir-se como dissidência *para si*; deve combinar processo histórico e práxis no processo cotidiano e permanente de transformação social.

Compreendemos, pois, que a definição genérica de parceria produz uma falsa aparência e esconde a sua essência. Identificá-la implica trazer presente o processo histórico, com suas disputas conjunturais e estruturais favoráveis e contrárias ao interesse público.



## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

AZEVEDO, Janete M. L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma**; desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e Educação Popular**: um estudo sobre a Educação. São Paulo: Pioneira, 1974.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Saber e ensinar**: três estudos da educação popular. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986.

\_\_\_\_\_, Carlos Rodrigues. **Solettar a letra P: povo, popular, partido e política**. A educação de vocação popular e o poder do Estado. *In*: FÁVERO, Osmar e SEMERO, Giovanni (org.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. *In*: BENJAMIN, César;

\_\_\_\_\_, Roseli Salete (orgs.). **Projeto popular e escolas do campo**. Coleção "Por uma educação básica do campo", n. 3. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000.



DANIGNO, Evelina *et al.* **Os movimentos sociais e a construção democrática:** sociedade civil, esfera pública e gestão participativa. Campinas: IFICH/UNICAMP (dossiê do Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática), 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOHN, Glória. **Protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Introducción a la filosofía de la práxis.** Buenos Aires: Fontamara, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social;** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORONI, José Antônio. **O direito a participação no governo Lula.** 2006. Disponível em: <[http://www.icsw.org/globalconferences/Brazil2006/papers/jose\\_antonio\\_moroni.pdf](http://www.icsw.org/globalconferences/Brazil2006/papers/jose_antonio_moroni.pdf)>. Acesso em: 1.º abril 2006.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas:** uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do estado, no Brasil dos anos 1990.** São Paulo: Xamã, 2003.





SANTOS, Clarice Aparecida dos. Campo – Políticas Públicas – Educação. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Por uma educação básica do campo. Coleção “Por uma Educação Básica do Campo”, n. 7. Brasília: INCRA, MDA, 2008.

SCOCUGLIA. Afonso Celso. **Histórias inéditas da Educação Popular do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

STRECK. D. R. **Educação para um novo contrato social.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria,** ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WEFFORT, Francisco C. *Educação e Política* (reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade). In: FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

ZEMELMAN, Hugo. *Voluntad de conocer: el sujeto y su pensamiento en el paradigma critico:* Anthropos Editorial; México: **Centro de Investigaciones Humanísticas.** Universidad Autónoma de Chiapas, 2005.



## MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS:

conquistas e contradições na relação dos movimentos sociais com o Estado

Paulo Afonso Barbosa de Brito<sup>1</sup>

**RESUMO:** Duas grandes novidades marcaram a dinâmica e as agendas dos movimentos sociais na última década do século XX: a ação e organização em redes e a intervenção nas políticas públicas, em que se consolidam tanto a participação em torno das decisões de interesse público quanto as organizações específicas da sociedade civil, que passam a assumir uma dimensão estratégica em torno daquilo que se tem afirmado como campo democrático e popular. O presente trabalho busca analisar este processo a partir da experiência da Articulação do Semiárido (ASA) enfatizando que se trata de experiências marcadas por consensos e contradições, avanços e entraves.

**PALAVRAS CHAVES:** Movimentos sociais, políticas públicas, redes, democracia.

**ABSTRACT:** There are two important events which influenced the dynamic and agendas of social movements in the last decade of the twentieth century: the action and organization networks and intervention in public policy in which consolidated the participation around decisions of public interest and the civil society specific organizations that assumed a strategic dimension about what if has called of field democratic and popular. This paper aims at analyzing this process from the semi-arid articulation experiences (ASA) at the same time emphasizing that these experiences were marked by consensus, contradictions, advances and obstacles.

**KEYWORDS:** social movements; public policy; networks; democracy.

---

<sup>1</sup> Doutor. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: pauloafonsobr@hotmail.com



## 1. INTRODUÇÃO:

O presente artigo é parte de uma pesquisa maior para a análise das redes solidárias como estratégia de organização e ampliação do alcance dos movimentos sociais contemporâneos. Embora as práticas e análises das redes dediquem ênfase nas tecnologias eletrônicas de comunicação e informação, nosso estudo concentra-se na análise da constituição de vínculos, laços, estruturas organizativas, como estratégias de intervenção para alcançar transformações sociais e políticas.

A participação específica nas políticas públicas se dá justamente ao mesmo tempo em que se valoriza a ação articulada entre diversos movimentos. A intervenção popular no processo constituinte na segunda metade da década de 1980 pode ser considerado como um dos marcos fundadores desta estratégia de intervenção. Na década de 1990 multiplicam-se diversas experiências de participação cidadã nas quais se verificam, da parte da sociedade e da parte do Estado, inovações no campo da participação democrática como os Conselhos de gestão de políticas públicas, o Orçamento Participativo, os referendos populares, as audiências públicas, as conferências de políticas específicas.

Atualmente, em todos os pontos do país, registram-se experiências de participação popular nas decisões públicas, realizando-se um verdadeiro “treino” democrático em que se consolidam tanto a participação em torno das decisões de interesse público quanto as organizações específicas da sociedade civil, que passam a assumir uma dimensão estratégica em torno daquilo que se tem afirmado como Democracia Participativa. Este é um importante ancoradouro teórico de nossa análise, conforme Elenaldo Teixeira (2001), “No espaço público (fóruns, redes, plataformas) tematizam-se questões de interesse geral, realizam-se negociações, formulam-se proposições de políticas públicas e pode-se exercer o controle social dos atos e decisões do poder político”. (TEIXEIRA, 2001, p. 20). Além de Evelina Dagnino (1994 e 2002), Tarso Genro Fernandes (1999), Boaventura Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2002).

A análise que estamos tratando demonstra que, as experiências de participação cidadã tem se revelado como uma grande novidade no cenário local, nacional e internacional, sobretudo nas duas últimas décadas, expressando-se em significativos



fenômenos de mobilização popular, de construção de vínculos sociais, de negociação de políticas públicas, ampliando imensamente a chamada esfera pública não estatal, modificando procedimentos governamentais e redimensionando a qualidade dos processos reivindicatórios e de mobilizações coletivas.

O artigo que ora apresentamos parte do estudo da constituição e consolidação da Articulação do Semiárido (ASA), que nasceu e se consolidou a partir da mobilização de diversos movimentos sociais para enfrentar coletivamente a questão da seca, que é um fenômeno natural, mas com forte dimensão social, presente em cerca de oitenta por cento da Região Nordeste do Brasil. O artigo trata especificamente da ação e organização em rede para intervenção da ASA nas políticas públicas.

## **2. RÁPIDA TRAJETÓRIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONSEQUENTE DEBATE ACADEMICO:**

Tomamos como ponto de partida para a presente análise, a ação e organização dos movimentos sociais ainda no período da ditadura militar. Mesmo durante a forte repressão, com as conhecidas ações de perseguições, intervenções em sindicatos e entidades sociais e religiosas, torturas, assassinatos, diversas mobilizações foram realizadas. Entre 1977 e 78, ganha visibilidade as oposições sindicais, o movimento operário, o movimento estudantil, inicia-se um importante movimento contra a carestia. E, registra-se a retomada pública das primeiras articulações nacionais, tanto em torno das lutas populares (salário, terra, saúde, custo de vida, creches), quanto em torno das bandeiras da redemocratização, como a anistia, a abertura política, a constituinte, eleições diretas.

O ano de 1979 é emblemático, não só porque a ditadura militar vai ser obrigada, finalmente, a anistiar presos e exilados políticos, mas especialmente do ponto de vista da relação entre luta social e luta política no Brasil. Apesar da bandeira da redemocratização apresentar-se como unificadora dos diversos segmentos sociais, já se registravam diferenças de concepções e de práticas entre as forças em ação no período. Mesmo reconhecendo que o centro da luta naquele momento era a democratização da vida



nacional, através das bandeiras da anistia, da Constituinte, eleições livres e outras, já em 1979, segmentos importantes dos movimentos sociais pautavam que, a luta democrática não se restringe às formas de governo, conforme se verifica no documento do Encontro de Oposições Populares realizado em Porto Alegre. Ao afirmar a dimensão da solidariedade com as mulheres, em suas lutas pela igualdade e defesa das diferenças, o documento daquele encontro traz para o debate público a questão das relações de gênero e inicia também a incorporação das questões étnico-raciais, ambientais<sup>1</sup>.

Uma análise aprofundada deve reconhecer que o conceito de participação cidadã é impregnado de conteúdos ideológicos de diversos matizes. Elenaldo Teixeira (2001) chama a atenção para a relação entre participação e poder político, que não se confunde com autoridade de Estado, mas supõe uma relação de atores no espaço público, onde fazem valer seus interesses, aspirações e valores, construindo suas identidades, afirmando-se como sujeitos de direitos e obrigações (TEIXEIRA, 2001, p.25 e 26). Esse autor registra a clivagem costumeiramente feita entre a participação movimentalista e a institucionalizada, considerando que não se trata de privilegiar um ou outro desses polos. Esse autor reconhece a importância da institucionalidade, sobretudo porque a experiência tem demonstrado significativo avanço nos processos em que se combinam a pressão, o protesto, a mobilização, com proposições, negociações, acordos, inclusive frente aos governos.

A participação cidadã, portanto, não se confunde com a tradicional participação social e comunitária reivindicativa, visando ao atendimento de carências ou necessidades da comunidade, embora incorpore esta dimensão. A concepção da participação cidadã necessariamente enfatiza a dimensão de fortalecimento da democracia, significando “fazer parte”, “tomar parte”, “ser parte”, de um processo, de atividades, de ações coletivas e de decisões públicas. Segundo Leonardo Avritzer (2002), a experiência brasileira apresenta elementos bastante significativos relacionando mobilização social e democracia formal, pois “a institucionalização deixa de ser o oposto de mobilização que se torna uma forma de ação coletiva no espaço público.” (AVRITZER, 2002, 593).

---

<sup>1</sup> A este respeito ver: “Carta de Porto Alegre” publicada no Jornal Movimento número 217, de 27/08 a 02/09 de 1979.



Seguindo essa trincheira de análise, Tarso Genro (2004) apresenta inovadora reflexão em torno da constituição dos espaços públicos não estatais, colocando em destaque a superação da cidadania como aparência ou universalidade abstrata reconhecida pelo Estado Moderno, mas afirmando-a como processo civilizatório educativo e cultural onde a sociedade civil avança em sua organicidade e intervenção, fortalecendo-se e expressando sua identidade e possibilitando, contudo, que o Estado se deixe civilizar ampliando e recuperando sua legitimidade. Esse autor, ao valorizar as importantes contribuições e peculiaridades da experiência brasileira, arrisca uma previsão animadora:

O Brasil, pela situação especialíssima que tem no contexto mundial, pode ser um palco inovador da experiência democrática e contribuir fortemente para recuperar a densidade da política. Transformando-a, novamente, como nos melhores momentos da modernidade democrática em movimento humano que se rebela contra as fatalidades da economia e das 'leis de bronze', pois destas só emerge um desenvolvimento predatório, que aniquila a cidadania e gera ceticismo quanto ao futuro de liberdade e igualdade. (Genro, 2004: 44).

Outra referência significativa no interior da reflexão teórica sobre participação cidadã é apresentada por Evelina Dagnino (1994), mostrando o papel dos movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania, que inclui reivindicações, mutirões auto-gestionários, as articulações de diversos sujeitos que constituem uma sociedade civil de caráter movimentalista, o treino democrático assumindo espaços de negociação, diálogos, enfrentamentos, acordos, a participação institucionalizada num processo permanente e contínuo de afirmação da "cidadania ativa", responsável pela irrupção de uma nova cultura política no cenário nacional.

### **3. A ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO (ASA) E A PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: avanços e entraves**

Durante muitas décadas, intelectuais, políticos, religiosos interessados na promoção de mudanças na realidade do semiárido brasileiro, reconhecida através de diversos indicadores como a região da seca, fome, atraso, pobreza, analfabetismo, implementaram importantes iniciativas no esforço de "combater as secas". Dentre estas, registra-se: o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), centrado na busca da



solução hidráulica para o problema da seca, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no final da década de 50, do século passado, é a expressão mais visível desses esforços (OLIVEIRA, 1985). Algumas destas iniciativas realmente demonstraram possibilidades de promoção de transformações na realidade. Contudo, mesmo quando se verificaram as mudanças, estas se limitaram a medidas econômicas e tecnológicas sem incidência para as condições de existência da população, pelo contrário, a pobreza e as desigualdades sociais continuaram crescentes.

Somente na última década do século XX, a partir de iniciativas práticas de diversas organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais presentes na região com sua ação em rede, foi possível construir e afirmar um novo paradigma, profundamente contraditório com as seculares estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais hegemônicas. Este novo paradigma, chamado de “convivência com o semiárido”, é inovador por articular o cotidiano as relações do dia a dia, com as perspectivas de sustentabilidade. A Articulação do Semiárido brasileiro (ASA) é a expressão organizativa desse paradigma.

Tal articulação é fruto de uma trajetória, com uma intervenção permanente de diversos movimentos sociais. Desde década de 70 e início dos anos 80, apesar das enormes perseguições e intimidações por parte das forças do regime militar e do latifúndio, articulam-se vários movimentos sociais no campo, como o movimento sindical, e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Estes movimentos desenvolveram várias formas de organização comunitária, lugares onde as pessoas se encontram, se ajudam, constroem laços de amizade e solidariedade. Há registros significativos da presença destes movimentos em diversas lutas de resistência pela posse da terra e pelo acesso a água na região.<sup>1</sup>

Com o avanço dos movimentos consolidaram-se estruturas organizativas, como as Organizações Não Governamentais (ONG's), prestando importantes contribuição às comunidades e aos atuais programas de convivência com o semiárido, destacando-se as

<sup>1</sup> Estes registros são boletins dos próprios movimentos, entre estes se destaca o “Grito do Nordeste”, que circulou por mais de 20 anos, atingindo grande capilaridade em todos os estados da região e em lugares onde não chegava nenhum outro tipo de informação impressa. Além de relatórios, boletins, informativos das dioceses, sobretudo, aquelas com trajetória de apoio às lutas sociais.



seguintes dimensões; a) Organização e fortalecimento das comunidades; b) Criação de condições para se viver melhor onde se vive; c) Desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao meio ambiente.

É em meio a esse processo mobilizador que o movimento sindical dos trabalhadores rurais, articulado pela FETAPE, envolvendo outros movimentos sociais no campo e outras entidades da sociedade civil no Nordeste, enfrenta a grande seca de 1992 – 93. Segundo Ângelo Zanré (1997), os dados disponíveis na SUDENE indicam que esta foi a pior seca do século, atingindo 99% dos municípios do Ceará, 93% do Rio Grande do Norte, 92% da Paraíba, 89% de Pernambuco. Nesse período, agravaram-se os problemas de saúde da população, com forte aumento da desnutrição, loucura, suicídio (ZANRÉ, 1997). Repetindo-se as históricas mobilizações em forma de saques: Pernambuco, 60 saques, mobilizando 56.610 pessoas; Alagoas, 13, com 15.675 pessoas mobilizadas; Paraíba, 49 com 29.345 pessoas; Rio Grande do Norte, 77 com 10.299 pessoas; Ceará, 80 com 48.551 pessoas. (ZANRÉ, 1997, p. 13 – 19).

Frente a mais esta seca, organiza-se uma combinação de mobilizações na base, geralmente espontâneas, em que “grupos de camponeses famintos, invadem cidades sede dos municípios atingidos pela seca, em busca de alimentos e trabalho” (Idem, p.7) e a denúncia dos processos viciados, assumidos pelas iniciativas governamentais, que alimentam e reproduzem a “indústria da seca”. Além destas, o movimento sindical dos trabalhadores rurais, com outros segmentos da sociedade civil, principalmente organismos das igrejas, outros movimentos sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), decidem por uma ação mais ofensiva, que alcance visibilidade nacional e force o poder público ao diálogo sobre a questão, promovendo uma espetacular mobilização que culminou com a ocupação da SUDENE em março de 1993 (Inf. N° 03).

Esta ação forçou a negociação com o governo federal que resultou na realização de importantes políticas públicas para o meio rural, como a regularização das “frentes produtivas”, e a criação do Programa Nacional de Crédito para Agricultura Familiar (PRONAF).





Entre março de 1993, com a ocupação da SUDENE, e novembro de 1999, - com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre desertificação desencadeou-se um intenso processo de mobilização e articulação, que veio a se formalizar neste último ano como Articulação do Semiárido Brasileiro ou ASA – Brasil. A principal política pública negociada com o governo a partir deste novo momento foi o Programa de Mobilização Social Um Milhão de Cisternas (P1MC), concretizando o interesse da Articulação em transformar uma iniciativa que já vinha se realizando pelo esforço da sociedade civil em política pública, portanto, em política universalizável.

Nos últimos anos, o P1MC se consolidou como uma importante “tecnologia social” capaz de contribuir para o enfrentamento de graves problemas da realidade regional, e a ASA assumiu novas bandeiras de lutas e alcançou novas conquistas. Contudo, novos conflitos se revelaram.

#### 4. CONCLUSÕES:

A pesquisa de campo nos permite afirmar, com convicção, que estamos diante de experiências sociopolíticas marcadas por grande dinamicidade social, pela vivência comunitária e mobilização social que tem conseguido provocar importantes mudanças nas políticas públicas e na relação dos movimentos sociais com o Estado. Contudo, os tão cultivados espaços plurais de proposição, realização e fiscalização de políticas públicas, apesar da reconhecida contribuição apresentam novos desafios e exigem novas negociações e alianças. São novas exigências para as quais os representantes dos movimentos sociais não se haviam preparado, revelando que apesar do entusiasmo suscitado pelas experiências nossa abordagem aponta no sentido de renunciar ao antigo sonho de resolver os graves problemas sociais simplesmente por meio do bom governo, ou seja, a ilusão de superar todos os problemas sociais pelo caminho do poder político.

No momento atual o semiárido vive mais uma de suas cíclicas secas, iniciada desde 2011. O governo federal expressa o dilema de manter uma parceria com os movimentos sociais, conforme vinha realizando há mais de uma década, ou assumir as velhas práticas das políticas públicas, através do convênio com grandes empresas, geralmente intermediadas por tradicionais organismos governamentais. Neste sentido indica a



decisão de deslocar os recursos investidos no processo de mobilização social, com a utilização de tecnologias apropriadas às comunidades, para a negociação com uma empresa, com uso de tecnologias desconhecidas, sob o argumento da necessidade de agilidade e urgência para enfrentar o problema.

Frente a esta decisão, a ASA volta a promover as espetaculares mobilizações sociais, provocando uma inclinação da relação com o governo, da lenta negociação e parceria, para a denúncia e pressão. Num espaço de 15 dias promoveu uma imensa mobilização, ocupando a ponte que liga as cidades de Juazeiro e Petrolina, no coração do semiárido nordestino:

“Cerca de 15 mil pessoas, segundo estimativa da polícia militar de Pernambuco estão participando de um grande mobilização na cidade de Petrolina (...) O ato foi mobilizado pela Articulação do Semi Árido (ASA) para dizer não a decisão governo federal que não tem pretensão de renovar o Programa de construção de cisternas e iniciou a distribuição de cisternas fabricadas a base de PVC.” (Boletim Eletrônico Adital, edição de 20 de dezembro de 2012).

Como vimos, o processo participativo solidariamente construído, fundamental para construção de novas práticas sociais baseadas na cooperação e na associação, bem como na proposição e na negociação, não significa ausência de conflitos, mas sim formas apropriadas de enfrentá-los. Na vivência da participação ao nível comunitário, os conflitos pouco se expressam o que não quer dizer que não existam, já nos lugares reservados às relações de poder, os conflitos se realizam de forma mais evidente, uma vez que as questões e os espaços em disputa alimentam e reproduzem a competição. Ainda assim, as experiências que observamos revelam que os valores solidários realizam-se também nesses espaços. Nesses lugares (como em quaisquer outros), ser solidários significa estar abertos ao diálogo, a construir e negociar consensos progressivos possíveis, o que se torna um caminho especialmente adequado para acostumar-se ao provável pluralismo em todos os campos. O tipo de experiência das redes solidárias nem se baseia na crença e nem leva a acreditar na possibilidade da existência de um único caminho para a transformação da realidade, nem de um destino finalístico para onde caminhariam unidas todas as forças sociais e políticas interessadas nessa transformação. Nem sequer se acredita na possibilidade de encontrarem-se soluções definitivas para os males da



humanidade, mas a percepção de horizontes futuros continua contribuindo para impulsionar grupos, pessoas, organizações a construir e buscar objetivos e novos modelos de organizar a vida, a produção e distribuição de riquezas.

#### 5. BIBLIOGRAFIA:

AVRITZER, Leonardo. “Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil”. *In: Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 561 – 597, 2002.

BRITO, Paulo A.B. e BASÍLIO, Divaneide. “Os instrumentos de participação popular e o desenvolvimento no Nordeste”. *In: Redes Sociais e Alternativas de Desenvolvimento para o Nordeste*. Seminário Educação Popular em Movimento. Recife, Série Cadernos do Nordeste, nº 13. Escola de Formação Quilombo dos Palmares, 2006.

DAGNINO, Evelina. *Anos 90: política e sociedade no Brasil (Os Movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania)*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. *In: DAGNINO, Evelina.(1994), Anos 90: política e sociedade no Brasil (Os Movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania)*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GENRO, Tarso Fernando. “Os espaços públicos não estatais”. *In: GENRO, Tarso F. O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

SANTOS, Boaventura S. e AVRITZER, Leonardo. “Para ampliar o cânone democrático”. *In: Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 39 – 82, 2002.

ZANRÉ, Ângelo. *Às claras para todo mundo ver: o movimento de saques em Pernambuco na seca de 1990-93*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política/ UFPE. Recife: mimeo, 1997.